

Governo e fabricantes de lâmpadas definem logística reversa

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas terão 120 dias, a partir do dia 12 de fevereiro, para apresentar propostas para a coleta e disposição adequada das lâmpadas descartadas após uso pelo consumidor. As regras a serem seguidas pelo setor estão no edital de chamamento público da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) publicado no Diário Oficial de Minas Gerais. As propostas vão nortear a logística reversa e sistematizar a destinação correta das lâmpadas fluorescentes, de vapores de sódio, de mercúrio, vapores metálicos e de luz mista. Por conter substâncias perigosas, como o mercúrio, essas lâmpadas podem contaminar o solo, a água e o ar prejudicando a saúde humana. Hoje a destinação correta dessas lâmpadas depende de ações voluntárias e pulverizadas por parte da rede varejista e de comerciantes, que recebem o material dos consumidores e pagam pelo descarte correto. A logística reversa é uma exigência da lei 12.305/2010, que trata da política nacional de resíduos, e da Deliberação Normativa 188/2013, do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) assinado um acordo em âmbito nacional.

Ponto Terra debate Energia Solar Fotovoltaica

Energia Solar Fotovoltaica será o tema da próxima edição do Segunda Sustentável, evento promovido pela Organização Ponto Terra, sempre na primeira segunda-feira de cada mês. A palestra será ministrada pelos engenheiros Jorge Raso Jamel Edim e Lucas Vassalle de Castro, ambos diretores da Sinergia Soluções Sustentáveis. Marque na sua agenda, dia 7 de março, segunda-feira, às 19 horas, no auditório da Ponto Terra. Rua Gonçalves Dias, 1922 sala 601 - Lourdes. As vagas são limitadas. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo e-mail: pontoterra@pontoterra.org.br ou pelo telefone (31) 3275-3929.



GT quer harmonizar usos múltiplos com novas regras de operação para reservatórios hidrelétricos.

ANA implementará propostas do CBHSF

Visando construir uma agenda positiva em favor da melhoria da gestão hídrica, a Agência Nacional de Águas (ANA) vai materializar algumas reivindicações apresentadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). No dia 15 de fevereiro, o presidente do colegiado, Anivaldo Miranda, participou de teleconferência com a ANA, quando foi anunciada a criação do Grupo de Trabalho reivindicado pelo Comitê. O GT definirá novas regras de operação para os reservatórios hidrelétricos visando harmonizar os usos múltiplos e construir o pacto das águas na bacia do São Francisco. A ANA já solicitou a indicação de representantes dos estados inseridos na bacia do Velho Chico e de outros entes participantes para compor o grupo. Outra reivindicação do CBHSF que também começa a ser discutida é a realização de estudos, por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com vistas a minimizar os efeitos da estiagem em relação à qualidade das águas e os impactos ambientais. O Ibama também deve realizar estudos para a prática dos chamados pulsos ou cheias artificiais, atendendo a outra demanda do Comitê e dos setores ligados à pesca artesanal. Leia mais: www.abes-mg.org.br

Comitê do Seminário das Águas finaliza atividades

No dia 18 de fevereiro, aconteceu a oitava e última reunião de trabalho do Comitê de Representação do Seminário Legislativo Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade, promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Participaram da discussão do tema “Agricultura, Pecuária e Piscicultura”, os representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-MG), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaçu, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (Sindágua), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). Em outubro de 2015, após o encerramento do Seminário Legislativo, os membros desse Comitê analisaram seis propostas de cada um dos temas discutidos (gestão de recursos hídricos; saneamento e saúde; crise hídrica; fomento, custeio, receitas e destinação; e atividade minerária, indústria e energia) e apontaram os possíveis desdobramentos práticos para cada uma. No dia 25 de fevereiro, o relatório consolidando as atividades do grupo foi entregue ao presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes (PMDB). Leia mais: www.abes-mg.org.br